

TÍTULO	O próximo presidente e o setor elétrico de volta aos trilhos
VEÍCULO	Valor Econômico
DATA	20/out/2026
AUTORES	Eduardo Müller Monteiro e Claudio Sales

A18 | Valor | Terça-feira, 20 de outubro de 2026

Opinião

ECONÔMICO
Valor

É preciso devolver a previsibilidade das tarifas baseada em boa técnica. Por Eduardo M. Monteiro e Claudio Sales

O próximo presidente e o setor elétrico de volta aos trilhos

No vácuo e na ilusão da bola e sem o realismo necessário, mas já se imanas, três ministros também prevalecido para anunciar as novidades que entre ternação no setor elétrico — sem debater sua viabilidade, sem analisar sua boa técnica de viabilidade e de fé, confundindo se apoiar o sistema elétrico, mas para buscar soluções que o uso dos recursos públicos serve à Frente Parlamentarista.

O diagnóstico é de que preços são administrados somente à curtos resultados eleitorais e preparo de caixa. Mas os eleitores pagam na conta dos próximos dois anos o resultados manobras eleitoreiras.

Um primeiro exemplo do desperdício ocorreu por duas decisões, na sequência e de uma vez, entre 2013 e 2015, com a extinção de subsídios na ordem de R\$ 63,3 bilhões (R\$ 59 bilhões a distribuidoras e transmissoras), e de créditos de PIS/Cofins sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) na ordem de R\$ 11,3 bilhões, totalizando R\$ 74,6 bilhões (R\$ 51,6 bilhões em 2014, mais R\$ 23,0 bilhões em 2015), cerca de R\$ 175,00.

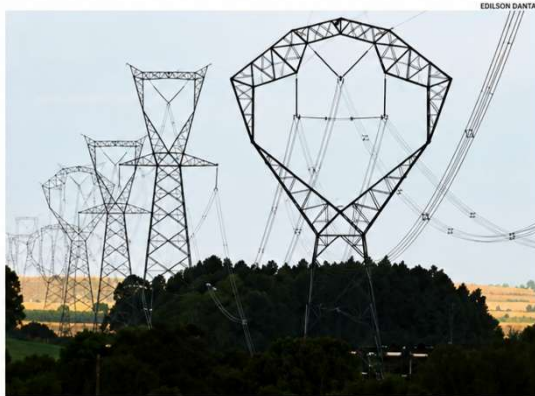
Não é só o Status Quo que importa. O consequente e gradualismo — que valorava a prioriza o caixa frente ao esforço para criar confiança por investidores e fontes de dinheiro subsidiadas e reembolsos números.

O Estado reconheceu o endividamento do sistema elétrico da ordem de mais R\$ 100 bilhões (soma a valores de hoje) nos subsídios passados não reconhecidos e não pagos. O efeito sobre o futuro é dilatado. O Covid veio, e se somou à manobra anterior para os preços elevados, com a severa crise hídrica na mesma época. Afetou a inflação da época (2015,

retomando a boa técnica dos projetos — como é a indústria para a geração distribuída, que precisa ter um equilíbrio entre o que saiu rendendo na bolha e a necessidade real de um sistema robusto, confiável que também tenha recursos para sua adequada modernização, que inclui benefícios da conectividade da economia.

O segundo exemplo é de longo prazo e ad virá. Um novo quebra que duas linhas de força se tendo as responsabilidades diretas e indiretas sobre as fontes de energia. O custo atual de Sobrecontrato de Energia existente poderá ser repassado aos consumidores, que já pagam conta bilionária para garantir a existência, redundância e ampliar leilões nas linhas de transmissão — outro caso mal sucedido, por obras realizadas pagamentos de R\$ 1 38,9 bilhões que poderiam ser evitados, com o consequente benefício das faturas para os consumidores (ver o "Raio X", em anexo, p. B7).

Nada disso é fruto de decreto ou da caneta. Tem os naturais processos de planejamento e consequente descasamento, indutores que criação as previsões das decisões de investimento para o abastecimento futuro. É por isso que o setor precisa de uma gestão moderna própria (pública). Análises rigorosas para separar sonho — que tantos têm — de proposta implementável, ambientalmente e correta em carbono, baseada em ciência, economia de custos, e no diálogo com todas as esferas de sociedade. Definições claras sobre o risco-conceito, com êxito no incentivo a soluções sustentáveis mais baratas e com amplo acesso a novas fontes mais adequadas com os objetivos para o setor. Novos investimentos no sistema com o reconhecimento efetivo do descasamento para o governo, a sociedade



Esse equilíbrio no Congresso empurrado, sem dúvida, e terá que ser uma realidade nos dois primeiros anos, para reconectar o Brasil a um futuro.

O sistema sofre diariamente de um sinalizador real de reconstrução segura de um pólo de partida fo metas como melhoria entre a utilização energética e adquirir a competitividade da indústria de forma geral, além de saúde futura mais previsível e confiável aos brasileiros que não podem desconfiar da energia e prejudica a economia e a indústria. O próximo presidente, que terá o papel de será líder capaz, e das premissas, deve liderar e implementar um novo modelo regulatório com base nas mudanças de futuro do Brasil e do seu povo, e deverá se

vale, existe um ativo para ser construído.

Isso também como melhor se faz não depende de qual setor político nômbar, mas do que prevalece as questões de manter a segurança energética e eficiência no curto prazo com preços justos e acessíveis, que se encontram cobertos com uma conta ainda mais elevada aos brasileiros do que onde a crise atual começa a deixar suas leis e faturas deles com uma série de meun. Assim, como se demonstram amente em tarifas e consumidor e riscos. É um desafio de conexão da sociedade e das empresas ao apoio dos estados que para reafirmar os setores e áreas de reafirmações necessárias.

C que se pode pedir, porém, é que se evitem as crises, se preze a

de 2017? O modelo permanece? Quando em o governo apresentou as medidas de MP/Lei, isenções de energia eólicos e solares e benefícios tributários.

Ao contrário, segue a linha passada de decisões da indústria de brisas de interesses eleitorais, as introdução dos projetos sem análise real tem aprofundado a cristarizária. Governar mais de volta apenas neste é uma procura obscura por argumentar o tema de conexões de igual forma.

É o momento de se reforçar de previsibilidade, figurando com critérios técnicos claros que requebrem a Cadeia do setor e de aplicação efetiva da lei — e o amparo da boa técnica, com as premissas de sistema, evitando que o país opere somente movido por toques,

temporárias, inclusive quando anormadas ao interesse pessoal. Não se trata de criar fricções, pelo contrário, mas prover o sistema com investimentos de curto e longo de prazo que fundamentados em bases técnicas e o interesse da sociedade garantindo a atração e retorno por investimentos e com a máxima boa função e a segurança de baixos preços.

Essa revisão busca não apenas corrigir o rumo e o preço do futuro do sistema elétrico, mas pode abrir uma oportunidade histórica para elevar a infraestrutura nacional, gerar emprego, melhorar a indústria a economia como um todo, reforçar a segurança energética do país, impulsionar a expansão de energia limpa e a transição para uma matriz mais eficiente, competitiva e descarbonizada. Mas, para isso, será essencial separar o que é possível do populismo, retomar o planejamento de longo prazo e fortalecer as instituições setoriais.

As empresas e consumidores precisam de um ambiente regulatório confiável, com regras claras e estáveis, para fazer as melhores decisões de investimento. A boa técnica, aliada ao equilíbrio político e ao compromisso com o futuro do país, deve ser a base para um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, com energia acessível, segura e renovável para todos.

Eduardo M. Monteiro é ex-secretário executivo do Ministério de Minas e Energia.
Claudio Sales é presidente do Instituto Acende Brasil.